

TEMAS, AUTORES E OBRAS NA HISTORIOGRAFIA NORDESTINA

José Octavio

Em sugestiva monografia intitulada **Historiografia do Nordeste** (São Paulo, 1979), a professora Suely Robles Reis de Queiroz procura explicar a abundância da historiografia nordestina dos séculos XVII e XVIII com o argumento de que, constituindo o Nordeste desse período a mais importante área econômica do País, a Historiografia, aqui significando basicamente a produção que condensa a versão não apenas factual mas ideológica atribuída aos eventos históricos, teria de seguir-lhe os passos, refletindo-lhe a importância.

Apogeu, declínio e renascimento numa Historiografia

Da íntima correlação entre História e Historiografia assacada pela lúcida **scholar** paulista — honoriana de boa cepa, inclusive — deriva o restante do raciocínio, segundo o qual, ante o declínio da região nordestina, afetada já no século XVIII pela concorrência do açúcar antilhano e, no seguinte, pelo deslocamento do eixo da economia brasileira para o centro-sul, esvaí-se-ia a produção historiográfica regional, rapidamente ultrapassada por sua congênere centro-sulista.

De acordo ainda com as considerações da Profa. Robles, o renascimento da historiografia nordestina em nossos dias vincular-se-ia, por via oposta, às motivações do período colonial. Nesses termos, se, nesta, a elaboração historiográfica consorciava-se com a liderança econômica do Nordeste propiciada pela imponente estrutura patriarcal-açucareira apoiada sobre o braço escravo, em nossos dias a motivação para o renascimento historiográfico nordestino residiria no pólo oposto, ou seja, na amplitude de crise que, defasando-a e transformando-a em “região problema”, motivou novas vias de interesse representadas, sobretudo, pela irrupção dos chamados “brasilianistas”.

Desses, alguns como Peter Eisenberg e Robert Levine detiveram-se sobre a problemática açucareira, outros como Eul-Soo-Pang fixaram-se no coronelismo, enquanto Ralph Della Cava preferiria o messianismo, isto para não aludirmos a estrangeiros que se transformaram em obrigatórias fontes para a moderna história do Nordeste, como John W. Foster Dulles, focalizando em **Anarquistas e Comunistas no Brasil**, o anarco-pimentismo pernambucano dos anos vinte, e, principalmente Eric

Hobsbawn, cujos **Rebeldes Primitivos** (Rio, 1970) retomam e valorizam a pioneira crítica histórico-social de Euclides da Cunha em **Os Sertões**.

República, Federalismo e História Regional

Embora corretamente levantada, a concepção historiográfico-nordestina delineada em **Historiografia do Nordeste** está longe de esgotar a questão. Tal, como, de nossa parte, visualizamos o problema, haveria espaço para as considerações de representativo historiador mineiro, também cultor da **Historiografia** — Francisco Iglésias — para quem o reordenamento político-institucional brasileiro de fins do século passado, substituindo o centralismo imperial pelo federalismo republicano, arrastaria consigo a valorização dos Estados e o renascimento da **Historiografia regional** que se observa não só no Sul do país com os estudos de Diogo de Vasconcelos em Minas e Washington Luís em São Paulo, como no Nordeste, ante os trabalhos de Oliveira Lima em Pernambuco, Barão de Studart no Ceará, Tavares de Lyra no Rio Grande do Norte e Bernardino José de Souza no eixo Sergipe-Bahia.

Sempre preciso e cuidadoso, o raciocínio iglesiano, desenvolvido no prefácio à terceira edição da **História Antiga de Minas Gerais**, de Diogo de Vasconcelos (Belo Horizonte, 1974), pode ser conseqüentemente aplicado à Paraíba, onde a **Historiografia**, no sentido de História escrita por paraibanos, é típica de fins do século passado e princípios do atual, o que explica o surgimento, em rápida sucessão, das obras de Maximiano Machado, Irineu Joffily, João Lyra, Coriolano de Medeiros, Celso Mariz e José Américo — a linha mais representativa da **Historiografia paraibana**, de sentido marcadamente crítico, revisionista e até radical.

Pautando-me dentro desse entendimento foi que procurei penetrar a **ideologia** da historiografia paraibana na introdução à reedição da **História da Província da Paraíba** de Maximiano Machado (João Pessoa, 1977), onde o estudo “Maximiano Machado: liberalismo, radicalismo e revisionismo na primeira História da Paraíba” é muito mais de **Historiografia** que de **História**, tal como reconhecido por José Sebastião Witter.

O impacto honoriano

O que importa, todavia, é que tanto Suely Robles quanto Iglésias e eu mesmo possuímos em nossas considerações historiográficas de diferente nível a mesma fundamentação, a mesma fonte. Refiro-me a José Honório Rodrigues, essa singular mistura, como homem de pensamento e ação, de **Historiógrafo** e **historiador** — mais **historiógrafo** que **historiador**,

como pressentido por Vamireh Chacon — e cuja esplêndida carreira de escritor, iniciada em 1940 com **Civilização holandesa no Brasil**, representa, em grande parte, extraordinário esforço de repensamento da Historiografia nacional tanto quanto verdadeiro hino à gente, coisas e possibilidades do Brasil.

Quando conheci, pessoalmente, José Honório, no Rio de Janeiro, em 1970, e, de volta à Paraíba, comuniquei a Odilon Ribeiro Coutinho a profunda impressão colhida, ouvi desse experimentado honoriano-gilbertólogo expressão, a meu modo de ver, definitiva: “ele está fazendo gigantesco trabalho de levantamento de fontes”.

Exatamente aí reside a indispensável fundamentação josehonoriana da Historiografia regional, amplamente confirmada pelo preparo dos índices das revistas dos Institutos Históricos do Ceará e de Pernambuco, para não falarmos na monumental **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil** (Rio, 1949). Tal como já se disse que o pensamento nacional emerge com Alberto Torres e a Filosofia da Arte, em nosso país, com Vicente Licínio Cardoso, a Historiografia Brasileira faz-se indiscutível produto das pesquisas e realizações de José Honório Rodrigues.

É bem certo que, antes dele, alguns precursores lançaram-se nessa senda, caso específico de Varnhagen e, sobretudo, Capistrano de Abreu. Presentemente, embora ainda sobreviva muita confusão entre História e Historiografia, o que levaria Ernani Satyro, em plena Academia Paraibana de Letras, a tecer duvidosas considerações sobre o tema, a Historiografia avança, a nível de Brasil, com os estudos de Francisco Iglésias em Minas Gerais, Amaral Lapa e Carlos Guilherme Mota em São Paulo, Odilon Nogueira de Matos com a pertinácia de sua **Notícia Bibliográfica e Histórica**, em Campinas, Fernando da Cruz Gouveia em Pernambuco e José Pedro Nicodemos e o Grupo José Honório Rodrigues, na Paraíba.

A este último, aliás, em combinação com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, coube realizar, no primeiro semestre de 1981, o primeiro curso de Historiografia paraibana, em que doze professores, focalizando igual número de historiadores abriram caminho para as principais clivagens da Historiografia paraibana, no caso os confrontos entre factualismo e interpretação, cronologismo e síntese temática, litoral e sertão, conservadorismo e radicalismo. Nesse particular, alguns casos atípicos como Maximiano Machado tumultuam o quadro, porém, as mais das vezes, o factualismo, cronológico e litorâneo, faz-se a principal vertente do conservadorismo historiográfico da Paraíba, também genealógico e tradicionalista.

Mesmo assim, persistem as tensões entre História e Historiografia, como se pode perceber tanto em Edgard De Decca com

1930: O Silêncio dos Vencidos (São Paulo, 1981), quanto mesmo em Bóris Fausto, explicitando o tema em sua consagrada **A Revolução de 1930: Historiografia e História** (3ª ed., São Paulo, 1975).

Nisso tudo, uma razão a mais para efetivo retorno a José Honório Rodrigues que procurou distinguir, com meridiana clareza, o objeto de ambas em **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica** (São Paulo, 1949) e em **História da História do Brasil** (São Paulo, 1979). Tais obras constituem momentos cruciais na contribuição historiográfica do autor de **Aspirações Nacionais**. Se com a **Teoria** delineia-se a solidez do historiador-historiógrafo que soube aproveitar magnificamente as lições recebidas ao longo de sua primeira permanência nos Estados Unidos (1943/44), o recente primeiro tomo de **História da História** coroa aquela, no sentido de que, então, toda a Historiografia colonial delineia-se com impecável conhecimento de causa e rigor metodológico.

Como se trata de obra em andamento, entre as duas situar-se-ia **A Pesquisa Histórica no Brasil** (São Paulo, 1969), onde, embora formalmente, o objeto do conhecimento seja outro, o componente historiográfico não deixa de se fazer presente — traço característico, de resto, em quase tudo escrito por José Honório. Comprovação disso reside nos ensaios **História e Historiadores do Brasil** (São Paulo, 1965), **Vida e História** (Rio, 1966), **História e Historiografia** (Petrópolis, 1970) e **História Combatente** (Rio, 1982), este último, para honra nossa, dedicado “a José Octávio de Arruda Mello e seus companheiros de estudos”. Todos esses livros são anteriores à reedição comentada do insuperável **Catálogo da Exposição de História do Brasil** (Brasília, 1982), organizado em 1881 pelo barão de Ramiz Galvão.

Desde há muito fiz-me ardoroso devoto dos quatro representativos ensaios acima alinhados, por entender que, condensando em sua maior parte longos artigos de jornal, tais livros, mais de divulgação que de erudição, colocam a História e a Historiografia brasileiras ao alcance das novas gerações. De mais a mais, atente-se para a circunstância de que nessas obras residem alguns dos mais altos momentos da Historiografia brasileira como o núcleo do pensamento honoriano na introdução e os capítulos sobre Huizinga e Burchardt, em **Vida e História**, “A Historiografia brasileira e o atual processo histórico”, bem como as análises sobre Abreu e Lima e Gilberto Freyre em **História e Historiadores do Brasil**; as considerações sobre Antônio Vieira, “doutrinador do imperialismo português”, Varnhagen, “mestre da História Geral do Brasil”, Rodolfo Garcia, Afonso de Taunay e “Capitalismo e Protestantismo” em **História e Historiografia**. E as sumarentas apreciações sobre “Os estudos brasileiros e os **brazilianistas**”, “Um historiador caboclo e sua obra: Capistrano de Abreu” e acerca de **A Paraíba e seus problemas**, cujo autor, José Américo, sempre constituiu uma das grandes paixões de José

Honório, em **História Combatente**, onde os capítulos sobre as figuras exemplares de Hermes Lima e Barbosa Lima Sobrinho vêm igualmente carregados de caráter historiográfico.

A Historiografia nordestina das origens à década de vinte

Assentadas as bases josehonorianas da historiografia brasileira, como se chegar ao Nordeste? O caminho mais adequado consiste em fazê-lo pela década de vinte, seja levando-se em conta o perfil sócio-cultural da região que aí desabrocha, seja pelo nível dos trabalhos desse tipo que aparecem, com mensagens de Epitácio Pessoa, conferências de Arrojado Lisboa e colocações de Agamenon Magalhães em **O Nordeste Brasileiro**, José Américo de Almeida em **A Paraíba e seus problemas** e quantos subscreveram **O Livro do Nordeste**, coordenado por Gilberto Freyre.

Essa, a linha de raciocínio em que me situei no artigo “Sobre a formação do conceito de Nordeste” (*Correio das Artes*, 30-11-80), antes de a professora Rosa Godoy, fazendo eco às considerações de Francisco de Oliveira em **Elegia para uma Re(li)gião** (Rio, 1977), deslocar o problema para uma nova ótica no mini-ensaio “Paraíba, Região e Cultura Regional” (*Correio das Artes*, 6-3-83). Por essa angulação, o conceito de Nordeste deriva sobremaneira da área econômico-social, onde processo de modernização, motivando saudosismos em autores como Gilberto Freyre, inseriria o Nordeste como subsistema econômico do capitalismo brasileiro, através da função de fornecer mão-de-obra e matéria-prima aos pólos mais dinâmicos do capitalismo brasileiro do Centro-Sul, complemento, por seu turno, do capitalismo transnacional centralizado no exterior.

Como a noção de processo faz-se aí indispensável, o que, de resto, é típico de tudo que se converte em Historiografia pela porta da História, indispensável se torna considerar obras que permitam visão ao menos perfunctória da Historiografia nordestina nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Estão nesse caso, sucessivamente, a **Historiografia em Frei Vicente do Salvador** (João Pessoa, 1970), onde José Pedro Nicodemos comenta não apenas o franciscano que se converteu no primeiro historiador brasileiro, como as linhas mestras da produção historiográfica dos primeiros cronistas do século XVI. A **Descrição da Capitania da Paraíba**, de Elias Herckman, consagrada amostragem da historiografia que se afirmaria com os relatórios de Carpenter, Vandonck e Van der Dussen, tanto quanto com o admirável material iconográfico de Franz Post e Eckout. E, afinal, o extraordinário **Cultura e Opulência do Brasil**, de Antonil – seguramente um dos maiores estudos que já se produziram sobre economia no País – bem como a precisa encadernação dos viajantes

estrangeiros do século passado, tentada por Aécio Aquino em **Nordeste, século XIX**, obra onde Geografia, História Social, Antropologia, Economia e Demografia aparecem fundidas em síntese perfeitamente integrada.

Obras básicas e agências historiográficas

A partir daí, entendo que a Historiografia nordestina, fiel às matrizes dos anos vinte que prepararam a rutura, ao menos formal, da Revolução de 30, transita necessariamente por duas obras fundamentais que são **Nordeste**, de Gilberto Freyre (1ª ed., 1936) e **O outro Nordeste**, de Djacir Menezes (2ª ed., 1957). Se em **Nordeste**, mesmo numa perspectiva conservadora de quem verbera a usina em nome do bangüê que ficou no passado, delinea-se bem acabada síntese cultural do Nordeste da zona da mata e da monocultura açucareira, considerada, inclusive, em suas desfigurações ecológicas, em **O Outro Nordeste** Djacir Menezes levanta, sob angulação bem mais social e avançada, os arquétipos do Nordeste pecuário-algodoeiro da zona semi-árida, marcado pelo seca, lutas de família, messianismo e cangaço.

Com esses dois livros entroncam-se, inclusive, as principais agências da atual Historiografia nordestina. De **Nordeste** provém o (hoje Fundação) Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, dinamizado por equipe de especialistas de alto nível, responsáveis por séries como a dos "Rios do Açúcar do Nordeste" e seminários de que resultaram livros como o dramático **O problema agrário da Zona Canavieira** (Recife, 1963). Já de **O Outro Nordeste** deriva o extraordinário labor historiográfico da Fundação Guimarães Duque, de Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde a invejável liderança de Vingt-Un Rosado Maia, penetrantemente precisada por Deusdedit Leitão em conferência na coletânea **José Américo e a Cultura Regional** (João Pessoa, 1983), assegura a reedição dos grandes clássicos da seca e geografia nordestina da década de dez.

Historiografia nordestina: instrumental e temática

Embora apaixonado pela Historiografia, sempre presente nas preocupações do grupo de que faço parte, não me alinho entre os que a consideram fim em si. Para mim, Historiografia significa **meio**, isto é, ferramenta, e, como tal, instrumento a serviço da História que, por seu turno, deve visar à **compreensão** do processo de transformação cultural da humanidade, ou seja, à vida em nome do presente e não ao passado por via da tradição.

Nesse particular, considere-se que a atual Historiografia nordestina, agrupada por temas, poderá propiciar segura reconstituição da sociedade regional, desde que se tenha em vista o caráter globalizante e a

densidade científica dos livros selecionados e não apenas a coloração preconcebidamente ideológica de tais obras.

Partindo-se do geral para o particular, uma listagem de obras básicas da moderna Historiografia nordestina, selecionadas por temas, teria de principiar por **A Paraíba e seus problemas**, de José Américo de Almeida (3ª ed. atualizada, João Pessoa, 1980) e **A Terra e o Homem no Nordeste** (2ª ed., São Paulo, 1964), de Manuel Corrêa de Andrade. A finalidade de ambas é comum, eis que tanto Almeida como Corrêa de Andrade souberam fundir as diversas ciências sociais, embora evidentemente à luz da concepção de suas diversas épocas, no cadinho de abordagem profundamente telúrica e conseqüentemente social. Almeida, compreendendo que a Paraíba – estado de região semi-árida mais representativo que a mata úmida – somente faria sentido dentro das linhas mestras da evolução nordestina. E Manuel Corrêa entendendo que as particularidades dos diversos sistemas econômicos regionais não invalida a síntese deduzida das dificuldades de acesso à terra, concentradora da produção em poucas mãos, e agropecuária, ainda em alguns casos extrativistas e de baixíssima capitalização.

Na linha auxiliar dessas duas obras poder-se-ia situar **Geografia, Antropologia e História em José Américo** (J. Pessoa, 1982), de Manuel Corrêa de Andrade, Maria Thetis Nunes, José Octávio e José Honório Rodrigues, e **Solo e Água no Polígono das Secas** (2ª ed., Mossoró, 1980), o primeiro por representar bem articulado roteiro para compreensão do pensamento de José Américo, e o segundo pelas inspirações progressistas que o animam, sabido como Duque, no rastro de outro bem dotado engenheiro agrônomo – José Augusto Trindade – compreendeu a estrutura agrária nordestina como bloqueio à evolução econômica e incorporação das massas.

Do açúcar às ferrovias

Levantamento temático da Historiografia nordestina a serviço da moderna História regional deveria prosseguir com **Pernambuco na Federação Brasileira (1889 – 1937: A Velha Usina**, de Robert Levine (Rio, 1980), básico para compreensão das sístoles e diástoles do Nordeste açucareiro, permanecendo na linha auxiliar **Modernização sem Mudança** (Rio, 1977) de Peter Eisenberg e **A República das Usinas** (Rio, 1978) de Gadiel Perrucci.

A par do levantamento historiográfico resumido em opulenta bibliografia, todos três fixam-se no Estado de Pernambuco, indiscutível eixo de sistema produtivo que, mesmo aperfeiçoado na passagem dos bangüês para os engenhos centrais e destes para as usinas, permaneceu fiel à feição elitista que concentrou o poder político-econômico em poucas

mãos, impondo duros sacrifícios aos trabalhadores não incorporados aos benefícios dessa expansão quantitativa. Tal sistemática consagraria a “modernização sem mudança” de Eisenberg, sendo que, visualizando-a sob inspiração também política, Levine, cujo livro se completa com o de John D. Wirth sobre Minas Gerais e o de Joseph Love sobre São Paulo no mesmo período, considerou, adequadamente, o descesso de Pernambuco no quadro da estrutura de poder nacional.

Elemento básico na integração econômica e cultural do Nordeste veio a ser o trem, tão presente na poesia de Jorge de Lima e Ascenso Ferreira. O grande livro sobre a ferrovia nordestina é, sem dúvida, **História de uma Estrada de Ferro do Nordeste** (Rio, 1949) de Estêvão Pinto, com o qual se entronca **Capitalismo e Ferrovias no Brasil** (Maceió, 1979) de Douglas Apratto Tenório. Preferimos priorizar este àquele — embora o de Pinto, bem mais amplo, possa ser considerado um clássico da Historiografia do Nordeste — porque, além de mais recente, coube a Apratto Tenório visualizar a ferrovia mais na perspectiva do algodão que do açúcar.

Coronelismo, messianismo, cangaço

Ante tal critério, a Historiografia nordestina desloca-se para a região semi-árida dos ermos sertanejos que motivaram dois temas básicos da história social nordestina, ou seja, coronelismo e messianismo, ambos apoiados em estrutura político-social que, tal como percebida por Maria Isaura Pereira de Queiroz em **O Mandonismo local na Vida Política Brasileira** (São Paulo, 1976) admitiria a seu lado o cangaço.

Numa linha regionalizante, o grande livro sobre o coronelismo, levantado em suas linhas gerais por Victor Nunes Leal, parece-me **Coronelismo e Oligarquias** (Rio, 1979) de Eul-Soo-Pang, onde o mais sólido coronelismo nordestino, ou seja o baiano de Horácio de Matos e Franklin de Albuquerque, aparece em seu apogeu dentro da República Velha e sobrevivência no pós-trinta. Na Paraíba, foi Inês Caminha com **A Revolta de Princesa** (João Pessoa, 1978), resumido em **A Revolta de Princesa: poder privado x poder público** (São Paulo, 1981), quem se encarregou de oferecer ao tema o relevo que merece.

Já o messianismo dos cultos populares que admitiam não raro implicações políticas e amplamente sociais, embora seja forçado associá-los a formas mais definidas de contestação social, como intentado por Rui Facó e Maurício Vinhas de Queiroz, revela no admirável livro de Ralph Della Cava sobre o padre Cícero — **Milagre em Joazeiro** (Rio, 1976) — seu ponto mais saliente. Ensaio servido de ampla pesquisa, o que sobremaneira o distancia do caráter especulativo de Rui Facó em **Cangaceiros e Fanáticos** (Rio, 1976), **Milagre em Joazeiro** insinua-se como apropriada síntese de

todo Nordeste de fins do Império e República Velha, por conta da penetração com que se debruça sobre os aspectos religiosos, econômicos, de classes sociais, coronelísticos, econômico-financeiros, demográficos e urbanísticos da região, conectados com a intransigência da alta hierarquia eclesiástica em face do misticismo de Cícero, logo capitalizado pelo sagaz deputado Floro Bartolomeu.

Do Tenentismo à Revolução de 30.

Valorizados por estudos como **Tenentismo em Sergipe** (Petrópolis, 1974) de José Ibarê da Costa Dantas e **Cleto Campelo: um drama republicano, 1926** (dissertação de mestrado, Recife, 1980) de Alberto Frederico Lins Caldas, o tenentismo representa importante temário para compreensão do Nordeste dos anos vinte onde, a semelhança dos congêneres cultural, jornalístico, operário e político aliancista, o elemento militar estará em divergência com o **establishment**, tal como percebido por Joaquim Pimenta e Souza Barros em Pernambuco, Octacilio Anselmo no Ceará e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira na Paraíba.

Enquanto José Ibarê, valorizando a vertente sergipana que chegou a formar governo com Maynard Gomes e João Suarino em 1924, o associa ao surto urbanizador dos anos vinte, Lins Caldas, embora mediante linguagem algo empolada, captou as limitações sociais do movimento, comprometido mais com revisão ética da sociedade que com reformulação das estruturas desta.

Modernamente, dir-se-á que o tenentismo representará compromisso mais com “revolução do alto” partida do Estado que com as bases da sociedade. Esta, uma das conclusões assacadas por José Octávio em **A Revolução Estatizada: um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30** (dissert. de mestrado, Recife, 1982), que entra aqui com a finalidade de significar um corte na sociedade nordestina dos anos 30 onde logo se afirmará o aparelho centralizado do Estado Nacional, desde o funcionamento do Governo Central Provisório do Norte, de José Américo, até a modernização empreendida pelos Ministérios da Viação e Agricultura. A tendência supra-regional e autoritarizante da Revolução de 30 deflui claramente desse estudo, algo inspirado nas considerações de Bóris Fausto em “Transformações econômico-sociais e Revolução de 30 no Brasil”, conferência que assegura a **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30** (João Pessoa, 1979), de, também, Abguar Bastos, Geraldo Joffily, José Octávio, Luiz Toledo Machado, Humberto Mello e Amaro Quintas, a condição de **número dois** para compreensão da Revolução de 30 na região.

Urbanização e desenvolvimento na Historiografia

Com a Revolução de 30, que significará, nas observações de José Honório em **História e Historiadores do Brasil**, profunda identificação

dos estudos históricos brasileiros com o presente, a Historiografia brasileira ver-se-á valorizada por novos estudos de natureza urbanística, desenvolvimentista e político-eleitoral.

Na área urbanística, a criação, já na década de 50, do Banco do Nordeste, filiado às inspirações da Assessoria de Programação Econômica da Presidência Getúlio Vargas, implicará o surgimento de estudos como **Geografia Estética de Fortaleza** (2ª ed., Fortaleza, 1979), verdadeiramente clássico pelo rigor da pesquisa, exatidão das fontes e abrangência das colocações. A temática, de há muito presente na Historiografia regional, com os pioneiros estudos de Irineu Joffily, ensejou recentemente na Paraíba dois estudos do mais alto nível: **Acumulação de Capital e Produção do Espaço: o Caso da Grande João Pessoa** (UFPb, 1979) de Janete Lins Rodrigues, e **João Pessoa: Crescimento de uma Capital** (FCJA, 1982) da mesma autora e Martinez Droulers, ambos reafirmadores das possibilidades de aplicação da metodologia marxista aos estudos espaciais.

Já o desenvolvimentismo, que constituiu juntamente com o movimento pelas reformas de base do início da década de 60, e canto do cisne do Estado Nacional populista, obterá férteis desdobramentos no campo historiográfico da região.

Formulou-o Celso Furtado, cujo **Dialética e Desenvolvimento** (Rio, 1964), não só se singulariza pelo didatismo — atributo pouco comum a esse autor — como pela (Francisco Iglésias) utilização da teoria marxista algo diluída no contexto das inspirações neo-keinesianas das demais obras de Furtado. Seja como for, é nessa obra que o conceito de desenvolvimento melhor se estabelece, significando apreensão estrutural da problemática nordestina onde três níveis de abordagens se fazem fundamentais: a industrialização para absorção da mão-de-obra ociosa nas cidades, modernização da agroindústria açucareira para incrementação da produtividade desta, com vistas à liberação de terras para produção de alimentos na Zona da Mata, e racionalização dos serviços públicos para tranqüila convivência da população sertaneja com a seca, encarada mais à luz de distorções estruturais que da falta de chuvas.

Em **Crise Regional e Planejamento** (São Paulo, 1976), livro que tive o ensejo de comentar para a revista da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, Amélia Cohn encarregou-se de analisar a fundamentação político-social dessa teoria. Para a historiadora paulista, o desenvolvimento mergulha raízes tanto na disposição do empresariado paulista em aproveitar-se do mercado interno regional, quanto em mudanças sócio-culturais consorciadas com as novas posições da Igreja, datadas do Congresso dos Bispos (Campina Grande, 1955), emersão de novas lideranças políticas com o elenco de governadores da safra de 1958/60, despertar do campo ante a mobilização das Ligas Camponesas, e

criação, em 1959, da SUDENE, com a finalidade de amortecer as tensões sócio-regionais transferidas para o interior do aparelho do Estado.

Rumo à Historiografia social

Claro que a problemática dessa Historiografia — pouco importa se produzida ou não nos limites da região — faz-se muito mais social e estrutural que política e factual. No caso, trata-se de Historiografia progressista, basicamente destinada a levantar contradições representadas por formulações político-institucionais incapazes de canalizar as crescentes aspirações dos setores periféricos da sociedade, já aí em busca de seu próprio espaço.

Na esteira da bem construída **Sociologia da Revolução Brasileira** (Rio, 1965), de Pessoa de Moraes, dois estudos firmam-se nessa perspectiva: **A Frente do Recife e o Governo de Arraes** (Rio, 1982) de José Arlindo Soares e a série produzida para a Alfa-Ômega de São Paulo por Paulo Cavalcante com **O caso eu conto como o caso foi**. Enquanto Soares vislumbra as lutas de classe do Nordeste contemporâneo, dentro da evolução política e social do nacional-populismo de esquerda cuja mais definida expressão do período residirá no governo Miguel Arraes, Cavalcante, indo mais longe, evoca toda a trajetória da Frente do Recife que, lastreada na legenda “Trabalhador, ocupa teu posto” das eleições de 1963, chegou a nossos dias por via da consciência de paladinos das lutas sociais nordestinas como o próprio autor.

A esse contexto não se faz estranha a Historiografia político-social da região, considerada numa linha de associação com as estruturas econômico-sociais e o nível da luta de classes por aquelas refletidas. Sob esse ângulo, e focalizando a Paraíba, o francês Jean Blondel assecurou com **As Condições de Vida Política no Estado da Paraíba** (Rio, 1959) ponto de partida que se desdobra com os estudos de Gláucio Veiga e outros em **Geografia Eleitoral de Pernambuco** (“Revista Brasileira de Estudos Políticos”, nº 8, Belo Horizonte, abril de 1960), Cartaxo Rolim em **Política nos Currais** (João Pessoa, 1980) e os professores universitários que do Piauí à Bahia primaciaram o Nordeste no segundo volume da coletânea **As Eleições Nacionais de 1978** (Brasília, 1979), produzida pela Fundação Milton Campos, da extinta **Arena**. Representando a Paraíba com o estudo “Dissidência, Protesto e Familismo nas Eleições Paraibanas de 1978” dessa coletânea, logo compreendi que aos estudos político-eleitorais se reservará importante papel na nova Historiografia nordestina, crescentemente identificada com o nível histórico-político e também social da região considerada como um todo.